

# Análise argumentativa do léxico: o exemplo da palavra 'medo'

## *Argumentative analysis of the lexicon: the example of the word 'fear'*

Marion Carel

École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)



**RESUMO:** Neste artigo, Marion Carel apresenta uma análise argumentativa da palavra *medo* fundamentada na Teoria dos Blocos Semânticos, momento atual da Semântica Argumentativa, desenvolvida por Carel e Ducrot.

**Palavras-chave:** Teoria dos Blocos Semânticos; léxico; palavra *medo*.

**ABSTRACT:** In this article Marion Carel presents an argumentative analysis of the word *fear*, reasoned through the theory of semantic blocks, current state of Argumentative Semantics developed by Carel and Ducrot.

**Key words:** Theory of semantic blocks; lexicon; word *fear*.

É uma análise linguística da palavra *medo* que eu vou empreender, isto é, um estudo do que significa essa palavra, e não um estudo psicológico da emoção que se experimenta quando se diz *estou com medo*, nem um estudo do que, no mundo, nos levaria a ter medo. A palavra *medo*, e não o medo, ocupará minha atenção. Mais precisamente empreenderei uma análise “argumentativa” dessa palavra e de seus empregos nas locuções *ter medo* e *causar medo*. A primeira parte deste trabalho constituirá uma apresentação do que é a análise argumentativa, depois, a segunda e a terceira partes aplicarão esse método à palavra *medo*.

### O que é a análise argumentativa das palavras?

Minha apresentação tomará a forma de quatro observações, que ilustrarei com o exemplo do adjetivo *prudente*.

Primeira observação. Fazer a análise argumentativa de uma palavra consiste, não em associar-lhe coisas, seres, ou ainda propriedades de certos seres, mas em associar-lhe outras palavras. Assim, não começarei minha descrição da palavra *prudente* perguntando-me qual é a propriedade designada por essa palavra, nem quais são os seres dos quais seria verdadeiro dizer *ele é prudente*. Este último projeto seria efetivamente um pouco inútil – será que toda pessoa prudente não é finalmente imprudente comparada com outra mais prudente do que ela? Quanto ao recurso à propriedade designada pelo adjetivo

*prudente*, ele tropeça em outro problema desenvolvido por Platão: o da definição do elo de “participação” mantido pela propriedade (a Prudência) e os indivíduos que supostamente “têm” essa propriedade (Pedro). De fato, falar consiste, não em nomear, mas em relacionar as palavras em frases, em parágrafos, em textos, de modo que a descrição de uma palavra permita a descrição dos enunciados em que está empregada. Ora, enquanto não concebermos com clareza a relação entre propriedades e objetos, a referência de nossos discursos ao mundo não traz nenhuma ajuda ao problema do sentido dos enunciados: conhecer a propriedade, a Idéia, de Prudência não bastaria para conhecer o sentido do enunciado *Pedro foi prudente*. Eu não me perguntarei, portanto, qual é a situação de Pedro segundo o locutor de *Pedro foi prudente*. Eu me perguntarei quais são os outros enunciados que o locutor de *Pedro foi prudente* estaria prestes a sustentar. Será possível observar, então, que o locutor de *Pedro foi prudente* aceitaria dizer *Pedro encontrou um perigo*. Um elo se faz assim entre a palavra *prudente* e a palavra *perigo* – repito: a palavra *prudente* e a palavra *perigo*, e não a prudência e o perigo. É esse elo que eu me proponho estudar e inscrever na significação de *prudente*.

Segunda observação. Fazer a análise argumentativa da palavra consiste em associar-lhe argumentações. Por que impor-se isso? Por que não inscrever na significação da palavra *prudente* a simples alusão à palavra *perigo*? Retomemos a análise. O locutor de *Pedro foi prudente* evoca, como vimos, *Pedro encontrou um perigo*. Ele

evoca igualmente um enunciado da forma *Pedro se absteve de fazer tal coisa* (seja que Pedro tenha tomado precauções, seja que ele tenha desistido completamente). O que eu defendo é que esses dois enunciados são evocados pelo locutor de *Pedro foi prudente*, não sem organização, mas no interior de uma “argumentação” como *Pedro encontrou um perigo, portanto se absteve de fazer determinada coisa*. Um exemplo mostrará isso. Suponhamos que Pedro tenha saído para fazer uma caminhada na montanha. Uma tempestade se preparava, de modo que seria possível dizer *a situação de Pedro é perigosa*. Imaginemos, além disso, que Pedro tenha olhado seu relógio e tenha lembrado de repente que ele tem um encontro: ele desce e seria possível dizer *Pedro desistiu de sua caminhada*. Não seria, entretanto, possível resumir essa pequena história por meio de *Pedro foi prudente* e não se pode, portanto reduzir o emprego da palavra “prudente” a duas alusões independentes, uma ao “perigo” e outra a “abster-se”. Falta ainda alguma coisa para poder falar de prudência e essa “alguma coisa” é precisamente de ordem argumentativa: se o comportamento de Pedro não pode ser qualificado de *prudente*, é porque Pedro não desistiu por boas razões – ele desistiu por causa de seu encontro, e não por causa do perigo. Eu darei conta disso colocando na significação do adjetivo *prudente* não duas alusões distintas, uma ao *perigo* e outra a *abster-se*, mas uma única alusão à entidade mais complexa que é a argumentação *era perigoso e portanto ele não o fez*. Eu vou indicar perigo DC abster-se como sendo o tipo dessa argumentação (seriam do mesmo tipo as argumentações *ele desistirá de fazê-lo porque é perigoso* ou ainda *se é perigoso, ele não o fará*) e é esse tipo que eu inscreverei na significação de *prudente* assinalando desse modo que os enunciados que comportam a palavra *prudente* serão parafraseáveis por argumentações desse tipo: o enunciado *Pedro foi prudente* por *era perigoso, portanto ele não o fez*; o enunciado *Maria será prudente* por *se for perigoso, ela não o fará*.

Terceira observação. As argumentações ligadas a uma palavra podem ser “em *donc* (portanto)” – é o que acabamos de ver no exemplo do adjetivo *prudente* –, mas elas podem ser igualmente “em *pourtant* (no entanto)”, como vamos ver agora no exemplo do adjetivo *corajoso*. De fato, dizer de Pedro que ele foi corajoso é dizer que ele fez determinada ação A e que A era penosa. Mas de novo, isso não é tudo. Se Pedro só tem prazer de saltar por cima de crateras, não se dirá dele, depois de um salto, ele foi corajoso; ele será simplesmente qualificado como *arrojado*. Para poder ser qualificado de *corajoso*, é preciso que Pedro tenha agido levando em conta o caráter penoso de A. Não que Pedro tenha feito A *por causa* do caráter penoso de A (desta vez Pedro seria *masoquista*). Pedro deve ter feito A *apesar* do caráter penoso e são assim argumentações do tipo *era penoso, no entanto Pedro*

*fez* (penoso PT fez) que deverão ser prefiguradas na significação de *corajoso*. (Essa observação não encerra, é claro, a análise do adjetivo *corajoso*. Se, por exemplo, é para dominar alguém evidentemente mais fraco do que ele que Pedro, apesar de sua aversão, salta por cima de uma cratera, eu não concluirei minha narrativa com *Pedro foi corajoso*. É preciso ainda inscrever na significação de *corajoso* a idéia de que fazer A levou Pedro a agir de acordo com certo dever).

Quarta e última observação. Os discursos argumentativos ligados a uma palavra podem, ou não, comportar a palavra estudada. As argumentações que até aqui relacionamos ao emprego da palavra *prudente* – tomemos *era perigoso, portanto ele não o fez* – não comportavam elas próprias a palavra *prudente*. Prefigurada no interior do grupo verbal *abster-se por causa do perigo*, a análise conduziu a prefigurá-las igualmente no interior de *ser prudente*, fazendo deste último um equivalente do grupo verbal *abster-se por causa do perigo*. Resumirei isso dizendo que perigo DC abster-se está relacionado à argumentação interna de *prudente*. Outros discursos argumentativos podem, entretanto, estar relacionados à palavra *prudente*, discursos que comportam desta vez a palavra *prudente*. Para desenvolver isso, vou inspirar-me em um trabalho de Margot Salsmann sobre o verbo *mentir*, e mostrar que certos enunciados, só pelo fato de comportarem o adjetivo *prudente* – ou o substantivo *prudência*, não farei diferença – evocam argumentações da forma *ele foi prudente portanto está seguro* (prudente DC segurança) ou da forma *ele foi prudente no entanto não está seguro* (prudente PT NEG segurança). Meu primeiro exemplo será *a prudência de Pedro valeu a pena*. Notar-se-á que esse enunciado significa *Pedro foi prudente, portanto está seguro*, isto é, que uma alusão é feita à segurança de Pedro – uma alusão em PORTANTO. Ora, essa alusão não é devida à significação do verbo *valeu a pena*: como, se não é assim, compreender que o enunciado *o trabalho de Pedro valeu a pena*, que contém de novo o verbo *valer a pena*, não faz nenhuma alusão à segurança de Pedro? É o termo *prudência* que é responsável pela alusão a *segurança* e é por isso que eu inscreverei na significação desse substantivo, como na do adjetivo *prudente*, o tipo prudente DC segurança. Meu segundo exemplo é *sua prudência foi em vão*, que, desta vez, é parafraseável por uma argumentação “em *pourtant* (no entanto)” da forma *mesmo tendo sido prudente, ele teve um acidente*. O grupo verbal *foi em vão* não contém, em si mesmo, essa alusão aos acidentes – como mostra a comparação com o *trabalho de Pedro foi em vão* – de modo que a responsabilidade dessa alusão “em NO ENTANTO” é devida ainda à *prudência*. Assim, além do elemento perigo DC abster-se, a significação de *prudência* e de *prudente* conterà prudente DC segurança e prudente PT NEG-segurança. São depois os outros termos

do enunciado (ou às vezes o contexto) que determinarão o tipo de argumentação escolhido. O verbo *valer a pena* indica que é uma argumentação “em *pourtant* (no entanto)” que é evocada e é por isso que o enunciado *a prudência de Pedro valeu a pena* evoca *ele foi prudente, portanto está seguro* (pelas mesmas razões, o enunciado *o trabalho de Pedro valeu a pena* evocará a argumentação *ele trabalhou, portanto ele conseguiu (teve êxito)*, oriunda da significação de *trabalho*). Inversamente, o grupo verbal *ser em vão* indica que é uma argumentação “em *pourtant* (no entanto)” que é evocada e é por isso que os enunciados *a prudência de Pedro foi em vão* e *o trabalho de Pedro foi em vão* evocam respectivamente *embora ele tenha sido prudente, Pedro teve um acidente* e *embora ele tenha trabalhado, Pedro não teve êxito*. Ter-se-á notado que as argumentações do tipo de prudente DC segurança ou prudência PT NEG segurança comportam a palavra *prudente*. Essas argumentações desenvolvem-se, não mais no interior da própria palavra *prudente*, mas na continuação. Elas são como que resumidas no emprego da palavra *prudente*. Eu direi que prudente DC segurança e prudente PT NEG segurança estão relacionadas com a “argumentação externa” de *prudente*.

Essas poucas observações concluirão minha apresentação da análise argumentativa do léxico. É esse método de análise que eu me proponho agora a aplicar à palavra *medo*, distinguindo duas perguntas: a palavra *medo* faz sempre alusão a um perigo? e julga a situação ameaçadora?

### **Estudo da argumentação “interna” da palavra *medo*: a palavra *medo* faz sempre alusão a um perigo?**

Meu estudo terá duas etapas. A partir da definição que dá o dicionário Littré, proporei uma primeira descrição argumentativa do substantivo *medo* (solução 1), que discutirei em seguida perguntando-me se o locutor de *Pedro tem medo* sempre faz alusão a um perigo. A resposta a essa pergunta permitirá determinar a “argumentação interna” de *medo* (solução 2).

A definição do Littré é a seguinte: o medo é uma “paixão penosa provocada pelo que é perigoso, ameaçador, sobrenatural”. Essa definição, por causa de seu emprego da palavra *excitada*, fornece um bom ponto de partida para uma análise argumentativa da palavra *medo*. Tratar-se-ia de ver na argumentação *era perigoso, portanto Pedro experimentava um sentimento penoso* uma paráfrase de *Pedro tinha medo*, depois de inscrever na significação de *medo* o tipo dessa argumentação (perigoso DC sentimento penoso) – eu deixo de lado a observação de Littré, historicamente muito marcada, a respeito do sobrenatural. Essa abordagem constituirá a “solução 1”. A discussão que vou agora desenvolver conduzirá à “solução 2” que defenderei.

Uma primeira crítica que se poderia fazer à “solução 1” seria a seguinte (eu não a mantereí, mas ela vai me permitir trazer uma precisão): o que se sente quando se tem medo vai além de um *sentimento penoso* e assim o homem com rosto queimado da novela *La Peur* de Maupassant fala de *uma sensação atroz, como uma decomposição da alma, um espasmo terrível do pensamento e do coração, cuja lembrança só dá arrepios de angústia*. Ou ainda – eu reformulo essa observação intuitiva nos termos da análise argumentativa – é perfeitamente possível parafrasear *eu tive medo* por *era perigoso e por isso uma sensação atroz me invadiu*.

Como eu anunciava, essa observação não tem o alcance crítico suposto. A razão disso é que a solução 1 prevê, não paráfrases que comportam exclusivamente as palavras *sentimentos penosos*, mas paráfrases “do mesmo tipo que” a argumentação *era perigoso, portanto ele experimentava um sentimento penoso*. Ora, substituir a expressão *sentimento penoso* pela expressão *sensação atroz* não atinge o tipo da argumentação – do mesmo modo, substituir *era perigoso* por *o risco era grande* não atingiria o tipo da argumentação. A solução 1 não é, portanto, ameaçada pela primeira crítica, que só põe em evidência a importância da noção de “tipo de argumentação”.

A segunda crítica, veremos que ela será mais decisiva, diz respeito à necessidade de um perigo. Lembra-se que a *prudência* é – esse, vimos, é o próprio sentido dessa palavra – uma reação ao perigo: *ser prudente é abster-se por causa do perigo*. A solução 1 supõe que acontece o mesmo com *ter medo*: *ter medo* consistiria em *experimentar um sentimento penoso por causa do perigo*. Ora, não parece ser esse sempre o caso, como mostram empregos da forma *eu tenho medo de estar atrasado*, com o qual o locutor não declara que o atraso é a seu ver, perigoso. Certamente, ele pode pensar isso, mas não é o que ele diz, pelas próprias palavras que emprega, e um outro locutor de *tenho medo de estar atrasado* poderia não ver nenhum perigo no atraso sem por isso se contradizer (ou mentir).

Esse fato leva *Le Trésor de la Langue Française* ou ainda *Le Robert* a distinguir dois sentidos na palavra *medo*, um sentido forte no qual trata-se de perigo, e um sentido fraco no qual trata-se somente de constrangimento, de dificuldade. Tal distinção supõe, entretanto, que se seja capaz, exemplo por exemplo, de determinar o sentido, forte ou fraco, sob o qual é tomado o substantivo *medo*. Ora, afinal, não vejo razão para classificar *o medo do ridículo* entre os empregos fracos (o exemplo é do TLF) de preferência a classificá-lo entre os empregos fortes. O que o locutor declara é bem mais vago do que isso, O ridículo é um mal: nada mais é dito, e os dois sentidos, “forte” e “fraco”, distinguidos pelo TLF não são mais do que dois casos de uma mesma alusão a um “mal”.

Uma primeira correção da solução 1 impõe-se portanto: *ter medo* consiste, não em *experimentar um sentimento penoso por causa de um perigo*, mas em *experimentar um sentimento penoso por causa de um mal*. Essa correção, entretanto, não é suficiente e o elo entre a palavra *medo* e a presença de um mal – perigo ou simples constrangimento – é ainda incorretamente descrito. De acordo com o que precede de fato, o locutor de *eu tive medo* está preparado para dizer *isso era um problema (ou um perigo)* – como, já o vimos, o locutor de *Pedro foi prudente* está preparado para dizer *era perigoso*. Ora, tomemos o exemplo de *teu cão me dá (um pouco de) medo*. De que o locutor tem medo? Do próprio cão? De ser perseguido, de ser mordido, de ser comido? O locutor não diz nada disso. Não que isso deva ser precisado – seu enunciado não pede nenhuma continuação. Simplesmente o locutor não declara que o cão constitui em si mesmo um mal, nem mesmo que haja alguma coisa precisa da qual ele poderia dizer *isso é um mal*. Ele declara apenas que a presença do cão é, para ele, ameaçadora: ele faz alusão não diretamente a um *mal*, mas ao *anúncio* de um mal.

Um outro exemplo. Ele também é tirado da novela *La Peur*. O homem com o rosto queimado relata dois casos em que ele teve medo: num deserto primeiramente, depois, e é o segundo caso que vai me interessar, na casa de um guarda florestal, onde ele tinha encontrado refúgio, num inverno, por ocasião de uma caça. O homem conta:

Então, durante uma hora, o cão latiu sem se mexer; ele latiu como na angústia de um sonho: e o medo, o terrível medo entrava em mim; o medo de quê? E eu sei? Era o medo, eis tudo.

O que me interessa nesse exemplo não é o que o homem pretende (tinha ele ou não medo de alguma coisa, não sei), mas as palavras que ele emprega: a própria possibilidade desse discurso mostra que não há contradição em dizer *tenho medo* depois se declarar incapaz de encontrar alguma coisa da qual se possa dizer *eu tenho medo disso*. Eu não quero dizer que *ter medo* é um sentimento absoluto, sem causa. O termo *medo* descreve uma reação, um sentimento penoso devido a alguma coisa, mas a causa não está num perigo preciso, num problema. Ela está numa ameaça: dizendo que ele teve medo, o homem de rosto queimado diz que a situação pareceu-lhe ameaçadora.

A solução 1, originada na definição do Littré, pede, portanto, uma dupla correção. De um lado, não se trata necessariamente de perigo, mas de mal, e por outro lado a alusão é indireta: é apenas evocada uma situação anunciadora de mal. Uma última observação vai levar-nos a uma terceira correção: o locutor de *Pedro teve medo* declara, não *a situação de Pedro era ameaçadora*, mas *Pedro pensou numa situação ameaçadora*. Dito de outro modo, o sentimento de ameaça não é um sentimento do locutor – eu voltarei mais adiante a esse ponto. Mas

além disso, não era a situação mesma, mas o fato de ter um pensamento negativo a seu respeito que produz o sentimento penoso. A razão dessa terceira correção é que a pessoa descrita como tendo tido medo não é dada como tendo certeza da ameaça. Aí está uma semelhança entre *ter medo de* e *temer*, e uma diferença entre *ter medo de* e *amedrontar-se*, como mostra a passagem seguinte, extraída bem do início da novela de Balzac *Un Épisode sous la Terreur*. A cena tem lugar, lembremos, no dia 22 de janeiro de 1793. É noite, Paris está coberto de neve, as ruas estão vazias.

Quando ela ultrapassou a rua dos Mortos, ela acreditou distinguir o passo pesado e firme de um homem que caminhava atrás dela. Ela pensou que ela não estava ouvindo esse barulho pela primeira vez: ela amedrontou-se [teve medo] por ter sido seguida, e tentou andar ainda mais depressa.

Acrescentei na citação, entre colchetes, a modificação que proponho estudar. Balzac utiliza *amedrontar-se com*: a velha senhora crê ser seguida e tenta escapar do homem. Se agora se substitui *amedrontar-se com* por *ter medo de*, a velha senhora não é mais descrita como certa de ser seguida: é dito apenas que ela pensa nessa situação, e é só a imagem de alguém seguindo-a que desencadeia o sentimento penoso. A mesma desrealização da ameaça seria produzida pela substituição de *ter medo* por *temer*. A palavra *medo* faz alusão a um pensamento, e não a fatos, e é por isso também que o canoieiro da novela *Sur l'eau* de Maupassant pode descrever seu medo – enquanto numa noite de nevoeiro, ele está encurralado numa barca que ele não consegue fazer partir – descrevendo somente suas “imaginações”:

Eu estava como que enterrado até a cintura numa camada de algodão de uma brancura singular, e me vinham à cabeça imaginações fantásticas. Eu imaginava que alguém tentava subir na minha barca [...]. Eu experimentava um mal estar horrível [...]. Eu tentava raciocinar: eu sentia minha vontade decidida a não ter medo, mas havia em mim outra coisa além de minha vontade.

O canoieiro não se descreve como tendo acreditado que alguém tentava subir em sua barca. Ele diz somente ter tido essa “imaginação”: um “mal estar horrível” seguiu-se e pode-se, sem traí-lo, resumir sua história por *ele teve medo*. Aqui de novo, não é a própria situação mas só o fato de pensar numa situação ameaçadora que provoca o sentimento penoso. Um último exemplo, o do emprego de *dá medo* a respeito de um filme: esse emprego da palavra *medo* não supõe que os espectadores acreditaram ser ameaçados e o locutor de *esse filme deu medo em Maria* não estaria preparado para declarar *segundo Maria, a situação era ameaçadora*; é só o pensamento que os espectadores tiveram durante a projeção do filme que provocou o sentimento penoso.

Em conclusão, direi que *Pedro teve medo* se parafraseia por *Pedro pensa em uma situação anunciadora de um mal e, por causa desse pensamento, experimenta um sentimento penoso*, e inscreverei o tipo dessa argumentação (pensar em uma situação anunciadora de mal DC sentimento penoso) na significação da palavra *medo*. Essa será a solução 2, na qual me deterei. Mais precisamente, o tipo dessas argumentações aparecerá na parte da significação da palavra *medo* que chamei de sua “argumentação interna”. Com efeito, o tipo pensar numa situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso descreve os traços constitutivos da palavra *medo*. Notar-se-á, nesse sentido, que *experimentar um sentimento penoso* não é sinônimo de *ter medo* (o medo é somente uma forma de sentimento penoso), de modo que não se trata, por meio das argumentações do tipo pensar numa situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso de descrever as causas do medo (os argumentos que a palavra *medo* prevê), mas o que a constitui (os traços constitutivos da palavra *medo*). A inscrição de pensar numa situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso na significação da palavra *medo* prevê que o locutor do enunciado *ele teve medo* aceitaria ao mesmo tempo declarar *ele pensou numa situação anunciadora de um mal e ele experimentou por isso um sentimento penoso*. Ela faz de *ter medo* um equivalente de *experimentar um sentimento penoso por causa do fato de que se pensa numa situação anunciadora de um mal*. O tipo pensar numa situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso está relacionado com a “argumentação interna” de *medo*.

A inscrição desse tipo de argumentação na significação da palavra *medo* é responsável pelo fato de que certas passagens, sem comportar a palavra *medo*, serão entendidas como significando *ele teve medo*. É o caso da passagem, já citada, da novela *Sur l'Eau*:

Eu imaginava que tentavam subir na minha barca [...].  
Eu experimentava um mal-estar horrível.

O fato de que ela seja interpretada como uma argumentação do tipo pensar numa situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso – contanto que se perceba um elo “em DONC” entre os dois segmentos – leva a interpretá-la como um modo desenvolvido de dizer *eu tive medo*. Só se trata é claro de uma motivação, e a própria presença da palavra *medo* é às vezes necessária para reconhecer o tipo de argumentação. Compararemos a esse respeito:

O pensamento de ser vista tornava-a rubra até a carne do pescoço que se afundava em seu vestido.

O prazer de ser vista tornava-a rubra até a carne do pescoço que se afundava em seu vestido.

O medo de ser vista tornava-a rubra até o pescoço que se afundava em seu vestido.

O terceiro exemplo é de Maupassant (*Madame Hermet*), e descreve a loucura de Madame Hermet. Nos três casos, a presença do verbo *tornar* instaura um elo argumentativo entre *o pensamento de ser vista* e *ficar rubra*. Pode-se notar, entretanto, que está aí a diferença com a passagem de *Sur l'Eau* que, contrariamente às palavras relativas aos sentimentos do barqueiro, aqueles que descrevem Madame Hermet – o “ficar rubra”, e não mais um “mal-estar horrível” – não são suficientes para reconhecer na argumentação *ela pensava que ela ia ser vista e por isso ele ficava rubra até a carne do pescoço que se afundava em seu vestido*, uma argumentação do tipo pensar em uma situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso. Essa última paráfrase argumentativa não é necessária e eis por que o segundo exemplo, que descreve como um *prazer* o que sente Madame Hermet, não é paradoxal – reconhece-se aí a jovem mulher feliz de antes da morte de seu filho, aquela que, por causa desse prazer de ser vista, teme o contágio e recusa entrar no quarto de seu filho infectado pela varíola. É a palavra *medo* que permite, na passagem de Maupassant, compreender que o ficar rubra de Madame Hermet é agora o sinal de um mal-estar. Sua “argumentação interna” contém pensar em uma situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso e prevê assim que suas paráfrases argumentativas exprimirão um *sentimento penoso*.

Dois exemplos para concluir este estudo da “argumentação interna” de *medo* que, se eles não constituem totalmente objeções, são, entretanto, menos favoráveis à solução 2 que eu defendo. Começo por aquele que me parece o mais fácil de tratar. Trata-se de enunciados como *o esquilo tem medo de ti*, ou ainda:

O medo tinha se apoderado dele, esse medo nativo dos cinturões amarelos, esse medo da caça diante do caçador, do rato diante do gato. (Le Gueux, *Maupassant*).

A cena tem lugar quando os soldados vêm prender o mendigo, Nicolas Toussaint, encerrado em um galpão pelo camponês de quem ele matou uma galinha. Esses exemplos parecem de fato contradizer a solução 2 segundo a qual a palavra *medo* faz alusão ao fato de pensar em uma situação ameaçadora: Maupassant não pretende que a caça ou os ratos “pensem” e do mesmo modo o locutor de *o esquilo tem medo de ti* não atribui ao esquilo a atividade cerebral que consiste em pensar em uma situação ameaçadora. Uma saída (ela é utilizada pelo Trésor de la Langue Française) consistiria em dizer que é “por analogia com o homem” que se diz que o rato ou o esquilo têm medo. Como todos os recursos às figuras, tal solução supõe, entretanto, que se pôde selecionar os empregos da palavra *medo*: alguns seriam “literais”, outros “figurados”. O sujeito do medo seria humano: qualquer outro emprego seria figurado. Mas como fundamentar essa seleção? Por que não ver antes a literariedade em

*o esquilo tem medo de ti?* Desse modo, a passagem de *Le Gueux* é interessante porque a comparação atribui ao homem o que é primeiramente um sentimento animal: o medo nativo da presa é um medo de animal e ele seria “por analogia” atribuído ao mendigo.

Uma outra saída é aberta à análise argumentativa. Ela repousa no fato de que a análise argumentativa, lembremos, se dá como objetivo descrever, não o estado psicológico daquele de quem se diz *ele tem medo*, mas os discursos argumentativos que o locutor de *o esquilo tem medo* aceitaria declarar. Nessa perspectiva, a questão não é saber se o locutor de *ele tem medo de ti* atribui ao esquilo um certo estado mental. A questão é de saber se ele manteria a respeito do esquilo um discurso do tipo pensar numa situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso. E dessa vez, a objeção desaparece. O locutor de *o esquilo tem medo de ti* – imaginemos que se dirige a uma criança que se aproxima de um esquilo acuado – aceitaria dizer *o esquilo te vê como um perigo e é por isso que ele está atemorizado*

Resta entretanto o exemplo de Maupassant, sempre difícil de tratar, porque o medo “nativo” da presa parece antes um instinto, com efeitos automáticos, e não um estado deliberativo. Nesse sentido, lembremo-nos que Maupassant, desde o início da novela, fala do medo do mendigo em relação aos soldados e o descreve por:

ele trazia isso no sangue, como se ele tivesse recebido esse medo [...] de seus pais que ele não tinha conhecido.

É de novo esse instinto que parece dominá-lo quando os soldados abrem a porta do galpão em que ele está encerrado, e o início da passagem – *o medo o havia tomado* – não é então parafraseável por *o mendigo pensava numa situação ameaçadora e era por isso que ele experimentava um sentimento penoso*. Ele é parafraseável por *o medo tinha se apoderado do mendigo porque ele via os soldados*. A “argumentação interna de *medo* (pensar numa situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso) não é expressa. Ela é excluída do sentido do enunciado pelo adjetivo *nativo*.

Como isso é possível? Uma palavra não deve sempre exprimir sua significação? Esse não é de fato sempre o caso, como já observava Arnauld quando de sua disputa com Pascal a respeito do formulário ao qual as religiosas de Port Royal deviam dar sua concordância, e que continha uma condenação pelo papa da doutrina de Jansenius, qualificada como herética. Pascal, homem de conflito, declarava que as religiosas não podiam assinar o formulário, enquanto Arnauld, mais conciliador, sustentava que elas podiam fazê-lo, e isso sem mudar de opinião. É esse último ponto que é importante para nós, porque é ele que conduz Arnauld a desenvolver a hipótese de que as palavras, às vezes, não introduzem

seu sentido no sentido do enunciado. De fato, Arnauld observa que pode-se fazer duas leituras do enunciado *a doutrina de Jansenius é herética* ao qual ele resume a condenação do papa. Uma na qual a doutrina de Jansenius seria herética pelo fato de ser dita por Jansenius; a outra na qual determinada teoria teológica, independentemente do fato de ser sustentada por Jansenius, seria qualificada de herética. Como o papa não considerava Jansenius como constitutivamente mentiroso, é a segunda leitura que se impõe. Ora, sob essa segunda leitura, o enunciado é equivalente a *isso é herético*. Seu sentido não depende mais só do sentido da palavra *herético* e do objeto que constitui a teoria teológica visada. O julgamento *isso é a doutrina de Jansenius* e mais geralmente a significação de *doutrina de Jansenius* estão em compensação ausentes do que diz o enunciado. Só conta o que em termos modernos chama-se o “referente”. Resta ainda a Arnauld um último passo, importante na sua querela mas que não nos interessará: não somente o enunciado *a doutrina de Jansenius é herética* comunica unicamente *isso é herético*, mas o que é nomeado com *isso* é aquilo de que o locutor pensa falar, e não o que se considera na verdade ser a doutrina de Jansenius. Ora, aquilo de que o papa fala (e que ele crê erradamente ser a doutrina de Jansenius) é bem herético de modo que as religiosas podem assinar o formulário sem mudar de opinião.

Eu guardarei dessa análise de Arnauld uma observação: uma palavra não exprime sempre sua significação. Ela pode servir como simples circunstância: é o caso de *a doutrina de Jansenius* na leitura que Arnauld faz de *a doutrina de Jansenius é herética* e esse seria também o caso do emprego de *o medo* no enunciado *o medo é uma qualidade* – de modo que esse enunciado não evocará nenhuma argumentação do tipo pensar numa situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso. Uma palavra pode também, em vez de exprimir sua própria significação, exprimir um novo sentido, que lhe é atribuído pelo contexto. É o caso da primeira ocorrência da palavra *medo* na passagem de Maupassant que nos interessa. O sintagma *esse medo da caça diante do caçador*, pelo seu emprego da preposição *diante*, liga *medo da caça* e *estar diante do caçador* e faz assim alusão à argumentação *o medo se apodera da caça quando ela vê o caçador*. Do mesmo modo o sintagma *o medo do rato diante do gato* faz alusão a *o medo se apodera do rato se ele vê o gato*, e o sintagma *esse medo nativo dos cinturões amarelos* faz alusão a *tem-se medo quando se vê um cinturão amarelo*. A própria significação da estrutura completa (*esse medo nativo dos cinturões amarelos, esse medo da caça diante do caçador, do rato diante do gato*) contém então o tipo comum dessas três argumentações – perigo DC ter medo ou talvez, de modo mais preciso, encontrar-se diante de um predador DC ter medo. A comparação dos sentimentos do mendigo com os da caça ou do rato impõe compreender

a ocorrência de *medo* em *o medo tinha se apoderado dele* como evocando também uma argumentação do mesmo tipo: *o medo tinha se apoderado do mendigo porque ele via o soldado*. O leitor é livre para compreender essa argumentação como sendo do tipo perigo DC ter medo (os soldados constituem um perigo para os mendigos), ou do tipo encontrar-se diante de um predador DC ter medo (os soldados são então os predadores dos mendigos, o que leva por exemplo a pensar que os pais de Nicolas Toussaint, provavelmente eles mesmos mendigos, foram mortos pelos soldados).

A primeira objeção à inscrição do tipo pensar em uma situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso na significação da palavra *medo* está assim ultrapassada. A segunda objeção, impossível em compensação evitar no contexto de uma análise somente argumentativa, será mais rapidamente tratada. Ela diz respeito ao emprego de *eu tenho medo*, estudado por Irene Tamba e que essa autora descreve como sendo “*o que se diz quando se está prisioneiro de um temor*”, o que se diz e não o que se diria depois a respeito de si mesmo se se contasse o que se sentiu – de modo que, por exemplo, seu equivalente em outras línguas, do mesmo modo que uma fórmula de encontro ou de agradecimento, não será uma tradução literal mas um simples “equivalente pragmático”. Como escreve Irène Tamba, esse emprego de *tenho medo!* aceita poucas variações. Encontram-se exclamações como *estou com muito muito medo*, mas não se encontra *eu experimento medo!* Ou *eu estou apavorado!* – enquanto, fora dessa situação muito particular, os predicados *experimentar medo* ou *estar apavorado* seriam compreendidos como muito próximos de *ter medo*. Eis por que, mais do que uma banal exclamação, seremos tentados a ver nesse emprego de *estou com medo!* uma (quase) interjeição.

O que se pode dizer da significação argumentativa da palavra *medo* no interior dessa interjeição? É preciso admitir que seria ridículo parafrasear esse emprego de *estou com medo!* por *eu penso no fato de que a situação é ameaçadora e por causa disso experimento um sentimento penoso*. A palavra *medo* não exprime pensar em uma situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso. Mas como explicar isso? É possível dizer, é claro, que esse enunciado não constitui um “verdadeiro” emprego da palavra *medo*, e isso precisamente por causa de seu caráter de interjeição que só manteria certas facetas da significação dessa palavra. Parece-me, entretanto, que uma solução tão radical não é necessária e que o emprego da palavra *medo* na interjeição *que medo!* conserva de certo modo a argumentação interna dessa palavra. Notaremos assim que a interjeição faz alusão a uma situação, a situação de enunciação, e que seu locutor mostra-se tomado de um sentimento penoso por causa dessa situação. A diferença com o emprego narrativo até aqui descrito (*tive medo*) se reduziria então ao fato de que o elo entre a situação

e o que ela provoca no leitor só é mostrado pelo locutor de *que medo!*, representado e não contado. Por não fazer desse elo um objeto do discurso, o enunciado *que medo!* não seria parafraseável por *eu penso no fato de que a situação é ameaçadora e por causa disso eu experimento um sentimento penoso*. Compreende-se a dificuldade. Mas resta o problema de descrever de maneira positiva o que são as exclamações.

### **Estudo da argumentação “externa” da palavra *medo*: quem julga a situação ameaçadora?**

Acabamos de estudar o que eu chamo de “argumentação interna” da palavra *medo*. É agora pela sua “argumentação externa” que eu vou me interessar: que argumentações que comportam a palavra *medo* podem ser evocadas graças só ao emprego da palavra *medo*? Eu distinguirei duas famílias: a família das argumentações nas quais o locutor explica o medo pelo caráter, para ele, perigoso da situação (elas serão do tipo perigo portanto ter medo ou do tipo NEG perigo no entanto ter medo); e a família das argumentações nas quais o locutor diz como quem teve medo reagiu a seu medo (elas serão do tipo medo (de Y) DC impedir a realização de Y ou do tipo medo (de Y) PT NEG impedir a realização de Y).

Começemos pelas argumentações nas quais o locutor dá sua própria opinião sobre o perigo da situação. Eu me proponho aplicar de novo o método de análise de Margot Salsmann, isto é, procurar um enunciado que comporte a palavra *medo*, que seja parafraseável por uma argumentação que comporte igualmente a palavra *medo*, e cuja paráfrase seja devida só à presença da palavra *medo* no enunciado. O exemplo será *Pedro teve medo sem razão*. Esse enunciado faz, realmente, alusão ao fato de que Pedro não corria nenhum perigo, e isso no interior da argumentação *não havia perigo, no entanto Pedro teve medo*. Ora, essa alusão à ausência de perigo não é devida à locução *sem razão*, como mostra a comparação com o enunciado *Maria ria sem razão*. Ela é devida à palavra *medo*, de modo que eu inscreverei o tipo dessa argumentação (NEG perigo PT ter medo) na significação da palavra *medo*, e mais precisamente nessa parte da significação que constitui sua “argumentação externa” (já que a paráfrase argumentativa *não havia perigo no entanto Pedro teve medo* comporta a palavra *medo*).

Assim, o enunciado *Pedro teve medo*, pela sua própria significação, contém duas alusões à situação de Pedro. A alusão ao julgamento do próprio Pedro sobre a situação é devida ao primeiro segmento da paráfrase do enunciado *Pedro teve medo* pela argumentação *Pedro pensava no fato de que a situação era ameaçadora e por esse fato experimentava um sentimento penoso*, argumentação cujo tipo (pensar numa situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso) foi inscrito na “argumentação

interna” de *medo*. A alusão ao julgamento do locutor sobre a situação é devida à capacidade do enunciado *Pedro teve medo* de evocar argumentações como *era perigoso*, *portanto ele teve medo* ou *não era perigoso, no entanto ele teve medo*, capacidade que se deve ao fato de que os tipos dessas argumentações, perigo DC ter medo e NEG perigo PT ter medo, estão inscritos na “argumentação externa” de *medo*. A expressão *ter medo sem razão* indica que a causa atribuída ao medo pela própria significação da palavra *medo* não é, segundo o locutor, realizada e é assim uma argumentação do tipo NEG perigo PT ter medo que é evocada pelo enunciado *Pedro teve medo sem razão* – de maneira paralela o enunciado *Maria ria sem razão* evocará a argumentação *não era engraçado, no entanto Maria ria*, isto é, uma argumentação que nega que esteja na ocorrência realizada a causa atribuída ao riso pela própria significação do verbo *rir*. Inversamente, enunciados como *Pedro tem tido muito normalmente medo* ou *Maria riu com razão* evocarão argumentações do tipo perigo DC ter medo ou engraçado DC rir.

A inscrição de perigo DC ter medo e NEG perigo PT ter medo na significação do substantivo *medo* coloca, entretanto, duas questões. A primeira relativa à ausência de contradição do grupo verbal *ter medo sem razão*; a segunda à própria natureza do julgamento feito pelo locutor.

Compreende-se, é claro, por que *Pedro teve medo sem razão* não contém contradição: o locutor declara a situação sem perigo, enquanto que, segundo Pedro, ela é, entretanto, ameaçadora, mas, na medida em que Pedro e o locutor são dois seres distintos (o locutor fala de Pedro na terceira pessoa), isso garante a não-contradição do enunciado. Mas o que acontece quando o enunciado está na primeira pessoa? Retomemos a título de exemplo o discurso do marinheiro de *La Peur*. Introduzidas por observações gerais sobre o medo, e sua ausência de elo com o perigo – [*O medo*] *não tem lugar, quando se é bravo, nem diante de um ataque, nem diante da morte inevitável, nem diante de todas as formas conhecidas de perigo: isso tem lugar em certas circunstâncias anormais, sob certas influências, misteriosas, diante de riscos vagos* – as duas narrativas do marinheiro são dadas como ilustrando NEG perigo PT ter medo, e o locutor de *O medo, o espantoso medo entrava em mim; medo de quê? E eu sei? Era o medo, só isso* evoca ao mesmo tempo as duas argumentações *eu pensava que a situação era ameaçadora e por causa desse pensamento, eu experimentava um sentimento penoso e não havia perigo, no entanto eu tinha medo*. O fato de que a narrativa tenha lugar depois do episódio esconde um pouco o problema: poderíamos admitir que o marinheiro mudou de opinião entre o momento em que, olhando o cão latir, ele pensava que a situação era ameaçadora, e o momento em que, contando a história, ele declara que a situação era sem perigo. Lembremos, entretanto, que não é esse o contexto imaginado por Maupassant. Lembramos

de fato que a cena tem lugar na cabana de um guarda florestal que, rodeado por sua família, com o fuzil na mão, olha o fantasma daquele que ele matou dois anos antes. O marinheiro deve jantar e dormir ali antes de partir no dia seguinte para a caça:

‘Veja, senhor, eu matei um homem faz dois anos nesta noite. No ano seguinte, ele veio me chamar. Eu o espero ainda esta noite’. Depois ele acrescentou com um tom que me fez sorrir: ‘Por isso, nós não estamos tranquilos’. Eu me garantia como podia, feliz de ter vindo justamente naquela noite, e de assistir ao espetáculo desse terror supersticioso.

O marinheiro-personagem, no momento mesmo em que o medo vai “entrar nele” é descrito como achando sem perigo a situação e ele poderia ter dito, a respeito dele mesmo, no presente *eu tenho medo sem razão*. Ele teria evocado as duas argumentações *estou pensando no fato de que a situação é ameaçadora e por causa disso eu tenho medo* e *não há perigo, no entanto estou com medo*, e isso sem contradição. Por quê?

Minha resposta será que, apesar do emprego de *eu*, é preciso de novo distinguir aquele que fala e aquele que tem medo. Tanto a quase-interjeição *eu estou com medo!* assimila aquele que fala e aquele que tem medo, quanto ao enunciado *eu estou com medo sem razão* se dá um autor à distância daquele que tem medo: aquele que tem medo “é um outro” diferente daquele que observa aquele que fala, no exterior dele mesmo – reconheceremos o mesmo desdobramento e o mesmo tom da neutralidade em *na minha opinião, estou com medo*. O autor do emprego narrativo de *tenho medo* pode portanto ter, sobre a situação, uma opinião diferente daquele que tem medo e não há contradição em colocar na significação do verbo *ter medo*, qualquer que seja a pessoa na qual esse verbo seja conjugado, ao mesmo tempo NEG perigo PT ter medo e pensar numa situação ameaçadora DC sentimento penoso.

A segunda questão colocada pela inscrição de NEG perigo PT ter medo e perigo DC ter medo na significação da palavra *medo* diz respeito à própria natureza da opinião dada pelo locutor sobre a situação. Vimos de fato, na primeira parte deste trabalho, que a palavra *medo* não faz necessariamente alusão a um perigo: o marinheiro declara ter tido medo, sendo incapaz de dizer *isso é em minha opinião perigoso (era o medo, só isso)*; e o locutor de *Pedro tem medo de estar atrasado* não pretende que, de acordo com Pedro, o atraso seja um perigo. Isso levou-nos a colocar na argumentação interna de *medo* uma alusão a *Pedro pensa numa situação ameaçadora* e não uma alusão a *de acordo com Pedro, a situação é perigosa*. Não acontece o mesmo na apreciação do locutor? Não se deveria colocar na significação de *medo*, não perigo DC ter medo, mas situação anunciadora de um mal DC ter medo? Minha resposta será não, e a narrativa do marinheiro de *La Peur* sustenta essa escolha: certamente, o marinheiro-

personagem tem somente um sentimento de ameaça, sem que possa verdadeiramente dizer *isso é perigoso*; mas o marinheiro-narrador é muito claro e afirma que, segundo ele, não há perigo.

Resta descrever o enunciado *Pedro tem medo de estar atrasado*, porque desta vez, não somente Pedro, mas o próprio locutor não vêem nenhum perigo na situação. Não deveríamos atribuir ao locutor, como se fez com Pedro, o julgamento mais geral “um mal arrisca acontecer”? Assinalemos, entretanto, que o enunciado *Pedro tem medo de estar atrasado*, se, com certeza, não faz alusão nem a *Pedro estava em perigo*, nem a *Pedro não estava em perigo*, também não faz alusão nem a *um mal arriscava produzir-se* nem a *nenhum mal arriscava produzir-se*. Acontece que seu locutor simplesmente não dá sua opinião sobre a situação de Pedro. Ele não exprime nem perigo DC ter medo, nem NEG perigo PT ter medo.

Há assim um parentesco entre o enunciado *Pedro tem medo de estar atrasado* e a passagem de *Le Gueux* que já estudamos:

O medo tinha se apoderado dele, esse medo nativo dos cinturões amarelos, esse medo da caça diante do caçador, do rato diante do gato.

Cada um exprime só em parte a significação da palavra *medo*: a presença do adjetivo *nativo* impedia a construção de exprimir o elemento pensar numa situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso da significação de *medo* (mais precisamente de sua “argumentação interna”); do mesmo modo, a construção *Pedro tem medo de estar atrasado* impede que sejam expressos os elementos perigo DC ter medo e NEG perigo PT ter medo da significação da palavra *medo* (na ocorrência de sua argumentação externa). Um sinal linguístico desse uso limitado da significação é, no caso que nos interessa, que o locutor de *Pedro tem medo de estar atrasado* não estaria preparado para declarar *Pedro tem medo* (também não se formaria *Pedro tem o medo de estar atrasado*). Essa propriedade é uma particularidade desse emprego da palavra *medo*, ligada ao fato de que só uma parte da significação de *medo* é mobilizada: os dois elementos perigo DC ter medo e NEG perigo PT ter medo, presentes na significação da palavra *medo*, não são utilizados.

Associaremos, portanto, à palavra *medo*, de um lado o elemento pensar numa situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso (argumentação interna), e de outro, os elementos perigo DC ter medo e NEG perigo PT ter medo, que estarão relacionados à sua argumentação externa, como o último grupo de argumentações que vou considerar, aquelas que descrevem as reações daquele que tem medo: medo (de Y) DC impedir a realização de Y e medo (de Y) PT NEG impedir a realização de Y. Isso nos permitirá abordar a questão dos elos que existem entre a palavra *medo* e a palavra *coragem* (insisto, mais uma vez,

no fato de que são as palavras que me interessam, não o medo e a coragem em si mesmos).

Numerosas narrativas de medo seguem o esquema argumentativo medo de Y DC impedir a realização de Y. O exemplo seguinte é tirado da novela de Maupassant que se intitula *L’Auberge*. O velho guia não voltou da caça e o mais jovem saiu à sua procura:

[...] o jovem rapaz teve medo de repente. Pareceu-lhe que o silêncio, o frio, a solidão, a morte invernal desses montes entravam nele, iam parar e congelar seu sangue, enrijecer seus membros, fazer dele um ser imóvel e gelado. E ele se pôs a correr, fugindo em direção a sua moradia.

A segunda frase desenvolve a argumentação interna de *medo* (pensar em uma situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso): ela começa com *parecia-lhe* e descreve aquilo em que ele pensava. A terceira frase, por outro lado, diz respeito ao elemento medo de Y DC impedir a realização de Y da argumentação externa de *medo*: sua corrida, sua fuga são modos de impedir o frio de fazer dele um ser imóvel e gelado. (Notaremos que a terceira frase começa com *e*. Essa conjunção liga a terceira frase, não à segunda, mas diretamente à primeira frase – *o jovem rapaz teve medo de repente* – fazendo de todo o parágrafo uma única unidade). A passagem de *Un Épisode sous la Terreur* já citado, e que contém o verbo *espantar-se de* tem a mesma estrutura: de novo essa novela conta uma história em que aquele que tem medo “cede” a seu medo – a expressão *ceder a seu medo* é também um sinal daquilo que a própria significação do substantivo *medo* contém medo de Y DC impedir a realização de Y.

Existem igualmente narrativas em que aquele que tem medo resiste a seu medo. O exemplo que segue foi escrito por uma menina de oito anos:

Ana tinha se acordado em sobressalto. A luz da cozinha que ela mantinha acesa para dormir se enfraquecia. Depois ficou escuro. O chão rangia. Ana se escondeu debaixo das cobertas depois caiu da cama. Ela estava com medo. A coisa se aproximava. Corajosa, ela pegou seu guarda-chuva e foi ver. Mas era só seu gatinho Crapule.

Eu me interessarei pelas três frases sublinhadas. Encontra-se a mesma estrutura que em Maupassant: um emprego da palavra *medo*; uma descrição dos pensamentos daquele que tem medo (ela é feita aqui no estilo indireto livre); e enfim uma reação ao medo. Duas diferenças, no entanto, com a passagem de Maupassant. A primeira é que é o elemento “em NO ENTANTO” medo de Y PT NEG impedir a realização de Y que é desenvolvido (*Ana tinha medo da aproximação da coisa, no entanto ela foi ver*) e não o elemento “em DONC” medo de Y DC impedir a realização de Y. A segunda diferença é que Maupassant ligava a primeira e a terceira frases (o medo

e a reação) por um *e*; aqui, elas são ligadas pelo adjetivo anteposto *corajosa*.

Efetivamente, admitirei que a própria significação do adjetivo *corajoso*, além dos dois elementos penoso PT faz e bem DC faz de que já se tratou, compartilha com a significação da palavra *medo* o elemento medo de Y PT NEG impedir a realização de Y. Seu emprego anteposto tem então aqui como primeira função assinalar que as duas frases *ela tinha medo e ela pegou seu guarda-chuva e foi ver* constituem uma argumentação do tipo medo de Y PT NEG impedir a realização de Y. Dito de outro modo, o adjetivo assume um papel de conector e nessa medida torna-se comparável à conjunção *e* empregada por Maupassant. O adjetivo *corajosa* tem igualmente uma segunda função, comparável desta vez à da palavra *medo* na passagem de *Madame Hermet* já comentada: *Seu medo de ser vista tornava-a rubra até a carne do pescoço que se afundava em seu vestido*. Vimos que o verbo *tornar* aí conecta *ser vista* e *ficar rubra* depois que o substantivo *medo* impõe interpretar a argumentação obtida como sendo do tipo pensar numa situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso – de modo que se compreende o rubor como o sinal de um sentimento penoso, e não de uma emoção. Na história da menina, o adjetivo *corajosa* acumula com sua função de conector também a de impor o tipo da argumentação obtido.

Essa última narrativa permite enfim precisar os elos entre a palavra *medo* e a palavra *coragem*. Certos dicionários dão de fato a palavra *coragem* como antônimo da palavra *medo*. A análise certamente não é sem fundamento: o cavaleiro Bayard, *sem medo e sem censura* é corajoso pelo fato de não ter medo e a significação da palavra *coragem* contém certamente o esquema argumentativo perigo PT NEG ter medo. Mas essa oposição entre as palavras *coragem* e *medo* só diz respeito a uma parte das significações dessas duas palavras: só o elemento perigo PT NEG ter medo da significação de *coragem* é oposto ao elemento perigo DC ter medo da significação de *medo* – de modo que um emprego da palavra *medo* (eu penso em *ele tem medo de estar atrasado*) que não exprime perigo DC ter medo não marcará nenhuma falta de coragem de parte de quem tem medo. Resta que as significações das palavras *coragem* e *medo* encontram-se igualmente e ao lado de coragem ao modo de Bayard, existe também, é o que acabamos de ver, uma coragem ao modo de Turenne, que é devida ao fato de resistir a seu medo, de vencê-lo. Ao lado do elemento perigo PT NEG ter medo, a própria significação da palavra *coragem* contém também o elemento ter medo de Y PT NEG impedir a realização de Y e sob esse ângulo a palavra *coragem* não é antônimo da palavra *medo*. A menina da história é ao mesmo tempo assustada e corajosa.

Em conclusão, guardarei deste estudo que a própria significação da palavra *medo* contém três tipos de esque-

mas argumentativos. O esquema pensar em uma situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso, colocado na “argumentação interna” de *medo*, descreve o que experimenta aquele de quem se diz *ter medo*. Os esquemas perigo DC ter medo e NEG perigo PT ter medo, colocados na “argumentação externa” de *medo*, fazem alusão à opinião do locutor sobre a situação na qual está aquele que tem medo. Os esquemas medo de Y DC impedir a realização de Y e medo de Y PT NEG impedir a realização de Y, esquemas que pertencem também à argumentação externa, descrevem enfim a reação daquele que tem medo.

Essa análise da palavra *medo* levou-nos a reconhecer em certos textos o simples desenvolvimento de sua significação. Assim a passagem de *L’Auberge*

[...] o jovem rapaz teve medo de repente. Pareceu-lhe que o silêncio, o frio, a solidão, a morte invernal desses montes entravam nele, iam parar e congelar seu sangue, enrijecer seus membros, fazer dele um ser imóvel e gelado. E ele se pôs a correr, fugindo em direção a sua moradia...

desenvolve, depois de um emprego da palavra *medo*, dois elementos de sua significação: pensar em uma situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso, depois medo DC impedir a realização de Y. Isso é dizer que Maupassant se repete, dilui, enche linhas? Se a resposta é não, é que seu emprego da palavra *medo* só introduziu “tipos” de argumentações. Os “detalhes” das argumentações (“detalhes” em relação aos seus tipos porque são esses “detalhes” que fazem discursos) não são determinados pela palavra *medo* e são eles que a segunda e a terceira frases da passagem de *L’Auberge* especificam. O parágrafo aparece assim como um todo, não como narrativa com episódios (ele não descreve uma sequência de atos, dos quais o terceiro, porque vem depois do primeiro, seria compreendido como uma consequência do primeiro), mas como uma só unidade semântica, um único enunciado, um único quadro, com seus detalhes, necessários para representar, para dizer o tema, e com seu tema: o medo.

## Referências

- DUCROT, Oswald. Critères argumentatifs et analyse lexicale. *Langages*, Larousse, n. 142, p. 22-43, 2001.
- PARIENTE, Jean-Claude. *L’Analyse du langage à Port Royal*. Paris: Minuit, 1985.
- SALSMANN, Margot. Mensonge et fiction. Une analyse linguistique du vocabulaire du mensonge. In: CAREL, Marion (Org.). *Argumentation, polyphonie et études littéraires*. (no prelo)
- TAMBA, Irène. *Le double système d’expression linguistique d’une émotion: en direct et en rapporté*. (no prelo na Coreia)
- École des Hautes Études en Sciences Sociales  
54, boulevard Raspail  
75006 – Paris – França
- Recebido: 12-10-08  
Aprovado: 04-12-08